

18ª Semana de Meio Ambiente

Sistema Ambiental Paulista avança, mas é ameaçado por gigantismo e excesso de normas

A Semana de Meio Ambiente realizada na sede da Fiesp, contou com um programa de seminários e debates envolvendo especialistas e autoridades que abordaram questões referentes ao sistema ambiental paulista, sustentabilidade, tecnologia, economia circular e mudança do clima. Na abertura da Semana, Nelson Pereira dos Reis, diretor do Departamento de Meio Ambiente, destacou que a entidade foi a primeira do setor empresarial do Brasil a ter uma área interna com esse tema, em 1976, dez anos antes da criação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente. “Para a Fiesp, a participação do setor produtivo nesse debate é condição fundamental para alcançar a sustentabilidade, hoje uma questão de



negócio e competitividade” afirmou Nelson.

Classificando a Fiesp como “protagonista dos debates ambientais”, Patrícia Iglesias, Secretária Estadual de Meio Ambiente, destacou que o evento confirma a ligação da indústria com a área. “Isso afasta a ideia de que o desenvolvimento econômico é inimigo do meio ambiente”, afirmou. “Não é possível implantar as políticas que nós queremos só com o apoio do poder público, esse trabalho precisa ser feito conjuntamente”.

Painel: Análise Crítica do Sistema Ambiental Paulista

Walter Lazzarini, presidente do Conselho Superior do Meio Ambiente da Fiesp (Cosema), esclareceu que o termo análise crítica subentende contribuições para a melhora do setor, ao abrir o primeiro painel da Semana de Meio Ambiente.



Lazzarini lembrou que a demanda no setor ambiental é crescente e vai ser acelerada quando acabar a atual crise. Sugeriu também convênios com universidades, para ajudar na análise de questões ligadas ao licenciamento.

Em sua apresentação, Nelson Pereira dos Reis, diretor do DMA, destacou a necessidade de auxiliar empresários no cumprimento das obrigações ambientais. “É um tormento lidar com os 839 diplomas ambientais do Estado de São Paulo”, lembrou. Até para grandes empresas é difícil lidar com tudo isso. Nelson vê como desafio integrar todo o arcabouço legal e buscar um entendimento, porque, em sua opinião, a dispersão e multiplicação de marcos regulatórios talvez se deva à falta de consenso sobre o que fazer.

Nelson explicou a atuação da Fiesp em defesa da indústria, com a participação em 190 fóruns federais, estaduais e outros – incluindo internacionais, como a Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Otávio Okano, presidente da Companhia Ambiental do

Estado de São Paulo (Cetesb), frisou a importância da informatização. A meta é ter a resposta mais rápida possível para seu cliente, que é o setor produtivo. “Queremos acabar com o papel nos processos dentro da Cetesb.”

Laura Tetti, membro do Cosema, considera necessário que a Secretaria do Meio Ambiente retome sua relevância política. Nascida das demandas da sociedade civil, a Secretaria tem que estar entrelaçada a ela, mas precisa ter autoridade.

Eduardo San Martin, consultor ambiental, afirmou que o sistema é muito melhor que já foi, mas é muito maior do que deveria ser. Deveria se ater ao que está explícito na lei,

disse, “Temos que diminuir o tamanho, em termos de número de atividades desenvolvidas e sistema”.

Assessora técnica de gabinete da Secretaria do Meio Ambiente, Lia Helena Demange apresentou as diretrizes do sistema ambiental paulista no período 2015/18.

Marco Antonio Mróz, consultor ambiental, lembrou do início tímido da Secretaria, com poucos recursos, e do importante engajamento da sociedade civil para fortalecer sua ação.

Germano Seara Filho, secretário executivo do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema) defendeu que o órgão deveria ser responsável por parte do que é feito hoje por meio de resoluções normativas da Secretaria.

Homenagens

Na ocasião a Secretária Patrícia Iglesias recebeu da Fiesp uma placa em homenagem aos 30 anos da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo e Germano Seara foi homenageado por seus 25 anos no Consema.



Honda e GED vencem o 22º Prêmio de Mérito Ambiental da Fiesp

O prêmio reconhece e homenageia as empresas industriais, extrativas, manufatureiras ou agroindustriais que se destacaram e trouxeram resultados significativos na implementação de projetos ambientais no estado de São Paulo.

Nessa edição contou com 56 projetos inscritos por 46 empresas, sendo 27 de grande porte, 10 de pequeno porte e 19 na categoria de responsabilidade social (destaque dado a cinco empresas).

Na abertura da cerimônia de entrega do Prêmio, Nelson Pereira dos Reis ressaltou os grandes ganhos para o meio ambiente obtidos graças aos projetos apresentados desde sua primeira edição em 1994.

A seleção dos premiados, disse Nelson, é difícil para a comissão julgadora, formada por 14 membros de entidades variadas, pela alta qualidade dos trabalhos.

Este ano, em parceria com o Comitê de Responsabilidade Social da Fiesp (Cores) o Prêmio contou com uma nova categoria: a de destaque socioambiental.

Gracia Fragalá, diretora titular do Cores, disse que os avanços na área ambiental inspiram os que lutam pela inserção do pilar social da sustentabilidade na vida das empresas. Fator humano é o diferencial para a inovação e para a competitividade nas corporações, e segundo Gracia, investir nesse aspecto prepara as organizações para enfrentar os grandes desafios na busca de uma sociedade mais justa.



Os vencedores

O projeto Eficiência Energética realizado na planta de Sumaré proporcionou à Honda o prêmio na categoria Média e Grande, por meio da redução de consumo de energia elétrica nos departamentos de pintura de chassis e dos compressores de ar.

A alteração realizada no processo de pintura ocorreu no sistema de motores e queimadores da cabine de "Top Coat" (aplicação de cor e verniz nas partes internas e externas da carroceria), onde durante o período improdutivo 169 motores e 2 queimadores, que antes eram mantidos ligados por 24 horas, passaram a ser desligados, acionando-se o modo de economia.

Outra ação implantada foi a interligação do sistema de 18 compressores de ar dos de três prédios da planta, com o sistema de ar comprimido fechado em anel, melhorando o fluxo de ar comprimido e mantendo a pressão do ar balanceada. Como resultado das ações nos dois sistemas, de pintura e de compressores de ar, houve a economia de 843 MWh/ano e redução de 105 toneladas na emissão de CO₂.

Osamu Morishita, gerente da Honda Automóveis, recebeu o prêmio e disse que foi uma grata surpresa. Segundo Morishita "a premiação veio para coroar uma grande preocupação na empresa com o meio ambiente. Mostra que os esforços vêm dando resultados."

Na categoria Pequena e Microempresa, o primeiro lugar

ficou com a GED – Inovação, Engenharia e Tecnologia, com o projeto Ração Sustem, de produção de rações ecológicas para cães e gatos com restos de camarões da indústria pesqueira. Em Santos, Bertioga, Praia Grande, Itanhaém, Mongaguá e Peruíbe desembarcam aproximadamente 1.370 t/ano de peixes e camarões, sendo que 50% se tornam resíduos. Com produção em escala piloto, o objetivo do projeto foi reutilizar 240 t/ano ou 650 kg/dia de resíduos do Rio do Meio (Guarujá/SP). À fase de conscientização seguiu-se a disponibilização de bombonas de coleta seletiva nas peixarias.

Nesse projeto, resíduos indesejáveis são separados, e o composto triturado é misturado a um farelo (milho, trigo, soja etc) para compor rações com valor nutricional. A produção, ainda não comercializada, é doada para criadores locais.

A área de captação da matéria-prima é o Bairro Santa Rosa III (Guarujá), que não conta com rede de coleta de esgoto e abriga uma comunidade carente próxima a extensa área de manguezal. O processo atende a preceitos de sustentabilidade e contribui, também, para a geração de renda.

Nos quatro anos do projeto foram reutilizadas 12 toneladas e produzidas 28 toneladas de ração, com investimento de aproximadamente R\$ 570 mil reais em pesquisa, desenvolvimento, equipamentos e patente.

Menções Honrosas:

Categoria Médias e Grandes Empresas:

- Unilever Brasil, por ações e resultados sustentáveis em 2014/2015.
- Novelis do Brasil, pela gestão de energia e a eficiência energética visando a competitividade e a sustentabilidade do negócio da Novelis América do Sul (unidade Pindamonhangaba-SP).
- Duratex, pela potencialização da eficiência energética nos negócios da Deca.
- Visafértil Indústria e Comércio de Fertilizantes Orgânicos, pela Solução Cíclica: compostagem e produção de alimentos.
- Intelli Indústria de Terminais Elétricos, pelo Projeto Nada se Perde Tudo se Transforma, de gerenciamento de sucatas e resíduos do Grupo Intelli.

Categoria Pequena e Microempresa:

- Condomínio Pátio Victor Malzoni, pelo Projeto EcoMalzoni – Gestão de Resíduos e Educação Ambiental.
- M.A Gomes Indústria de Acrílicos, pela redução de custo da moldagem plástica por meio da cadeia reversa de suprimentos.
- Instituto do PVC, pela análise de ecoeficiência de janelas.
- BHS Comércio de Produtos para Saúde, pelo Programa Descarte Consciente de medicamentos fora de uso.
- Loop Logística Reversa, pelo sistema de cálculo de economia de recursos ambientais gerados por meio da reciclagem de equipamentos eletroeletrônicos e posterior reinserção de matéria-prima reciclada em ciclos produtivos.

Responsabilidade social

No destaque de Responsabilidade Social, foram premiadas:

- Flamin Mineração, pelo Projeto BioleveReciclaPet.
- COFCO Brasil, pelo Projeto Futuro Mais Verde.
- Liquigás Distribuidora, pela Campanha Chama Segura.
- MRV Engenharia e Participações, pelo Projeto Escola Nota 10.
- Unilever Brasil, pelos projetos de responsabilidade social Ciclo Brilhante, Vim para Unicef e Tamu Junto.



Acordo de Paris

As discussões sobre o novo Acordo Mundial para as reduções de emissões dos gases de efeito estufa também foram tema de debates da 18ª Semana do Meio Ambiente da Fiesp.

Participaram do workshop a presidente da Indústria Brasileira de Árvores (IBA), Elizabeth de Carvalhaes, o ambientalista Fábio Feldman, o engenheiro e professor da USP Luis Gylvan Meira Filho e o diplomata Everton Lucero.

O Acordo de Paris foi estabelecido na 21ª Conferência das Partes (COP21), em Paris, em 2015, com o objetivo de dar uma resposta global às mudanças no clima, visando evitar o aumento da temperatura. A iniciativa foi aprovada por 195 países e visa reduzir as emissões de gases que provocam o efeito estufa.

Nelson Pereira dos Reis explicou que a Fiesp possui um comitê interno de mudanças do clima, o qual acompanhou as negociações e enfatizou que o Acordo de Paris estabelece uma responsabilidade vinculada às capacidades nacionais nesse momento de tomada de decisões.

Moderador do debate, o diretor executivo de Projetos da Fiesp e tenente brigadeiro do Ar Aprígio de Moura Azevedo frisou o avanço do reconhecimento do tema, considerando um marco a COP21.

Feldman destacou a importância do mundo começar a olhar com um pouco mais de atenção para essa agenda. Para o ambientalista, o Acordo de Paris trouxe o desafio de colocar na agenda de cada país uma nova governança de clima. "Nem sempre esse foi um tema prioritário no Brasil", disse. "Precisamos pensar em como isso vai repercutir aqui, em como estabelecer políticas públicas nesse sentido".

Meira Filho também compartilhou sua preocupação com



as implicações da assinatura do Acordo de Paris. "Vamos precisar de mudanças mais profundas do que aquelas a que estamos acostumados", afirmou.

Elizabeth defendeu que a indústria precisa de políticas de longo prazo para se preparar para esse cenário com novos mercados. "Precisamos migrar todos para o conceito de indústria sustentável, que só vai se desenvolver se houver demanda", explicou. "O consumidor tem que querer consumir dessa forma, dizer que não paga por aquilo que pode atrapalhar o meio ambiente".

Nessa linha de preparação, Everton destacou que o momento é de "facilitação" para a implementação das medidas que vão garantir o cumprimento do Acordo de Paris, em 2020. "Muitos aspectos do acordo ainda precisam ser regulamentados".

Em parceria com o DMA, Comitê de responsabilidade Social promove Seminários na Semana de Meio Ambiente

Tetra Pak - reciclagem e recuperação de nascentes

Juliana Seidel apresentou as iniciativas de reciclagem, conservação de recursos hídricos e educação ambiental da indústria de embalagens Tetra Pak para reduzir o impacto ambiental de suas atividades.

A Tetra Pak também apresentou sua embalagem de fonte

totalmente renovável, a Tetra Rex, que por não ter alumínio, é usado em países que empregam armazenagem refrigerada.

Na Tetra Rex é empregado polietileno de cana-de-açúcar, em substituição ao feito a partir de petróleo.

Liderança e sustentabilidade

Ricardo Voltolini, da empresa de estratégia em sustentabilidade Ideia Sustentável, fez palestra sobre liderança e sustentabilidade.

O palestrante destacou as Seis Competências dos líderes

sustentáveis, teoria que Ricardo desenvolveu a partir de informações coletadas ao longo de cinco anos de conversas com líderes e mais dois anos de pesquisa, e é usada em grandes escolas de administração.

13º Encontro Técnico de Alto Nível: Contaminação Atmosférica e os Desafios das Megacidades

Data: 21 e 22 de julho de 2016
Horário: 08h30 às 17h00

Local: Auditório Eng. Tauzer Quinderê (Sabesp)
Rua Nicolau Gagliardi 313 - Pinheiros - São Paulo



Guia PCS - Produção e Consumo Sustentáveis no Ciesp de Cotia

A sistematização de ações com foco na Produção e Consumo Sustentáveis é um fator essencial para o desenvolvimento e crescimento do setor industrial, afirmou Priscila Rocha, especialista de meio ambiente da Fiesp, na palestra sobre o Guia PCS, publicação resultante da parceria da Fiesp e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

A interação da empresa com indivíduos, instituições,

idades e mercado não só é uma realidade como influencia o sucesso de um negócio, disse a especialista, que durante a palestra apresentou casos de sucesso e exemplos de ações para embasar a incorporação da produção e Consumo Sustentáveis nas empresas.

O Guia PCS está disponível na página da Fiesp para download. Link: <http://goo.gl/cAlKYg>

Marco Regulatório para regiões metropolitanas com impacto para uso da água em São Paulo foi tema de debate no Cosema



“O saneamento se tornou dramático durante a crise hídrica”, afirmou o advogado Rubens Naves, convidado do Conselho Superior do Meio Ambiente (Cosema), na reunião mensal de maio.

Em sua avaliação, “os rios Tietê e Pinheiros, além dos mananciais, são exemplo de planejamento e gestão ineficientes. Tratamento e poluição são indicadores da falência institucional desse modelo de não-desenvolvimento que não responde adequadamente aos problemas existentes”.

Cosema discute sustentabilidade na política

A reunião mensal do Cosema da Fiesp, em julho, contou com a participação do advogado Marcos Vinicius de Campos, diretor executivo da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (Raps), “rede pluripartidária de lideranças alinhadas com princípios e valores como a justiça social, ética, transparência, sustentabilidade e amizade cívica”, segundo seu diretor executivo. O palestrante defendeu que o redesenho rumo a uma nova governança requer ampla e profunda reforma política-eleitoral-partidária no país e a qualificação de lideranças políticas.

Agência Indusnet Fiesp – editado.



MONITORE

Sistema de Gerenciamento de Obrigações Ambientais

SAIBA MAIS

www.fiesp.com.br/monitore

Reunião do DMA em Campinas discute a Agenda do Setor Produtivo

A reunião do DMA Ciesp/Fiesp, no dia 22 de junho, reuniu grande número de executivos, empresários e representantes das indústrias da região para debater a Agenda do Setor Produtivo, com foco nas questões ambientais e no desenvolvimento das Macros 5, 6 e 7, que compõem as Diretorias Regionais de Americana, Limeira, Piracicaba, Rio Claro, Sta. Bárbara d'Oeste, Campinas, Indaiatuba, Sorocaba, Bragança Paulista e Jundiaí.

O vice-presidente do Ciesp, Rafael Cervone, fez abertura da reunião, e destacou a importância da temática ambiental para garantia da competitividade da indústria, lembrando da necessidade de união de esforços e do valor dos desafios que se colocam, seja no âmbito internacional, nacional, regional ou local.

Cervone relatou as ações da agenda ambiental da Fiesp/Ciesp, com destaque para campanha "Água na Medida", e os fóruns de debate com as indústrias das regiões afetadas pela crise hídrica 2014-2015 e seus impactos diretos aos usuários - industriais das bacias hidrográficas do PCJ, Alto Tietê e Paraíba do Sul, "as ações efetivas dos nossos representantes junto aos órgãos gestores federal - ANA (Agência Nacional de Água) e estaduais, para a defesa dos interesses do setor industrial, minimizaram os impactos resultantes das restrições que acabaram sendo efetivadas, de forma negociada, junto a todos os segmentos".

Nelson Pereira dos Reis, Diretor titular dos Departamentos de Meio Ambiente - DMA Ciesp/Fiesp, destacou os serviços oferecidos aos associados, como o Monitore - Sistema de Gerenciamento de Obrigações Ambientais; o Calendário de Obrigações Ambientais; procedimento para aplicação de Liminar Coletiva Ciesp para Licenciamento Ambiental da Cetesb; e diretrizes sobre o ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de SP.



O Diretor titular de Campinas, José Nunes Filho, destacou que "as licenças para as novas outorgas de direito de uso estão suspensas até hoje para os usuários", e mencionou que continuamos na luta pela segurança hídrica para Campinas e região", principalmente nas discussões sobre a renovação da outorga do Sistema Cantareira, prevista para maio de 2017.

Para o Diretor de Meio Ambiente do Ciesp-Campinas e Diretor Adjunto do DMA Ciesp, Stefan Rohr, o encontro incentivou a integração das Diretorias Regionais envolvidas: "pudemos interagir e debater sobre muitas das demandas que, atualmente, impactam o dia a dia dos nossos associados, como a legislação ambiental, o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) para o ordenamento territorial, envolvendo tanto o poder público quanto a sociedade civil".

Carla Marins - responsável de comunicação CIESP de Campinas

As entidades Fiesp e Ciesp são eleitas para o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH por mais dois anos

Instituído em 1993, o CRH conta com a representação da indústria desde a criação.

Em assembleia geral para eleição das entidades sociedade civil, em maio de 2016, a Fiesp e o Ciesp foram eleitos

como representantes dos usuários de recursos hídricos industriais no período 2016-2018.

Na ocasião a Fiesp/Ciesp conseguiram a representação em todas as câmaras técnicas do CRH.

04,05 e 06
Outubro
2016
EXPO CENTER NORTE
SÃO PAULO
Brasil



Botucatu recebe o primeiro Poupatempo Ambiental do Estado

A secretária Patrícia Iglecias, inaugurou oficialmente em 9 de junho, o primeiro Poupatempo Ambiental do Estado, que reúne em um mesmo espaço diversas unidades do Sistema Ambiental Paulista, a saber: Agência Ambiental da Cetesb, as regionais da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN), da Coordenadoria de Fiscalização Ambiental (CFA), da Fundação Florestal e o posto da Polícia Ambiental, além da sede da Guarda Civil Ambiental municipal. No local, também funcionará uma praça digital, com acesso gratuito à internet por wi-fi.

Todos os serviços ambientais, de fiscalização, fauna, solicitação de licenciamento, autorizações, orientação para o preenchimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e suporte para a regularização do imóvel rural estarão disponíveis à população. Os serviços do Poupatempo Ambiental são gratuitos e destinados a toda a região de Botucatu.

Fonte:

<http://www.ambiente.sp.gov.br/2016/06/10/botucatu-recebe-o-primeiro-poupatempo-ambiental-do-estado>



Poupatempo Ambiental

Rua Lourenço Carmelo, 180 – Jardim Paraíso – Botucatu
Tel.: (14) 3882-1290

Cetesb normatiza procedimentos para estabelecimentos envolvidos no Sistema de Logística Reversa

A Decisão de Diretoria Cetesb nº 120/2016/C trata de procedimentos e critérios para a manifestação ou o licenciamento ambiental, pela Cetesb, de estabelecimentos envolvidos no Sistema de Logística Reversa – SLR de produtos e embalagens, previstos na Resolução SMA 45, de 23.06.2015, com destaque aos seguintes itens:

1 - São elegíveis à dispensa do licenciamento ou manifestação Cetesb, os estabelecimentos que não tenham em suas atividades o beneficiamento ou tratamento dos resíduos nestes locais, incluindo a separação de componentes, trituração, transformação ou lavagem dos resíduos, como:

- Ponto ou Local de Entrega;
- Ponto de Coleta;
- Central de Recebimento ou Ponto de Concentração;
- Central de Triagem, apenas se operarem exclusivamente com resíduos previamente separados, como aqueles provenientes da coleta seletiva ou de Pontos de Entrega Voluntário - PEVs específicos, e desenvolvam apenas a separação manual dos resíduos e sua redução de volume sem descaracterização dos produtos e sem operações de lavagem.

2 - Estabelecimentos sujeitos ao licenciamento ambiental pela Cetesb:

- Posto de Recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos e de agrotóxicos vencidos;
- Central de Recebimento ou Ponto de Concentração ou

Transbordo que operem com embalagens vazias de agrotóxicos, óleo lubrificante usado, óleo comestível usado, lâmpadas contendo mercúrio, pilhas e baterias, embalagens e filtros de óleo lubrificante ou baterias automotivas;

- Central de Triagem que operem com resíduos sólidos urbanos provenientes da coleta pública regular; ou que operem com a separação automatizada; ou se estiverem associadas a outras atividades passíveis de licenciamento;
- Unidade de Tratamento, em qualquer caso, incluindo os locais onde ocorra a separação de componentes (excluindo as atividades de manutenção e assistência técnica), a despressurização de equipamentos ou de embalagens ou, ainda, a transformação dos resíduos.

3. Dispensa do Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental - CADRI - os geradores de produtos e resíduos pós-consumo definidos na Resolução SMA 45/2015 serão dispensados da obtenção de CADRI para entrega ou envio desses resíduos aos responsáveis pela operacionalização do sistema de Responsabilidade Pós-consumo – RPC, que possuam Termo de Compromisso válido nas condições que especifica o Termo de Compromisso celebrado com a SMA/CETESB.

4. Gerenciamento dos resíduos de equipamentos eletroeletrônicos pós-consumo como não perigosos: essa consideração poderá ocorrer exclusivamente nas etapas que não envolvam a separação dos componentes excetuando-se dessa condição, a etapa de disposição final.

Fóruns Ambientais

Os Departamentos de Meio Ambiente da Fiesp e do Ciesp têm como um de seus principais objetivos defender os interesses do setor industrial paulista em colegiados. Para tanto, os Departamentos concentram esforços na representação e participação em fóruns, comissões, conselhos, comitês, entre outros, de caráter deliberativo, normativo e/ou consultivo, de natureza governamental, empresarial ou do terceiro setor.

Veja a seguir os fóruns, debates e atividades com as quais os Departamentos estiveram envolvidos no período de 1 de maio a 30 de junho de 2016.

Federais

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

Comissão de Estudo de Desempenho Acústico de Edificações

A comissão se reuniu para dar continuidade à análise das sugestões recebidas e conclusão da consulta nacional referente a norma ABNT NBR 10152 Acústica – Medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas – Aplicação de uso geral.

Estudo Especial de Compras Sustentáveis

Reunião para discussão dos comentários brasileiros à ISO 20400 – Sustainable Procurement. A norma está sendo desenvolvida no âmbito da ABNT/CEE – 277 Comissão de Estudo Especial de Compras Sustentáveis e encontra-se em estágio DIS (Draft Internacional Standard).

Estaduais

Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema)

Plenária

O conselho aprovou o Relatório da Comissão Temática de Biodiversidade, Florestas, Parques e Áreas Protegidas sobre a proposta de Criação da Floresta Estadual do Noroeste Paulista, além de apresentado o balanço dos dois anos do Programa Estadual de Conciliação Ambiental.

Apreciação da proposta de categorização da Reserva Estadual de Águas da Prata em Parque Estadual Águas da Prata, bem como do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do "Loteamento Tamboré Americana".

Comissão Temática de Biodiversidade

Reunião para aprovação do relatório sobre a criação da Floresta Estadual do Noroeste Paulista, com incorporação da preocupação das entidades representativas da indústria local, sobre a observância dos planos diretores de São José do Rio Preto e Mirassol.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp)

Frente Parlamentar Ambientalista e pelo

Desenvolvimento Sustentável

Definição de estratégia para compatibilização da Política Nacional de Resíduos Sólidos com a Política Estadual e discussão de proposta de Emenda Constitucional – 65/12, que flexibiliza o licenciamento ambiental para obras públicas.

Conselho de Recursos Hídricos (CRH)

Câmaras Técnicas de Educação Ambiental, Usos Múltiplos, Planejamento e Águas Subterrâneas

1º reunião das câmaras com a apresentação dos novos representantes do segmento Sociedade Civil, apreciação do plano de trabalho e definição do calendário de reuniões.

Câmara Técnica de Proteção das Águas

Apresentado pela Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN) da Secretaria do Meio Ambiente (SMA) a proposta de roteiro técnico para a elaboração de projetos de restauração ecológica submetidos ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos. Na ocasião também foram apresentados os novos representantes do segmento Sociedade Civil, apreciado o plano de trabalho e definido o calendário de reuniões.

Câmara Técnica de Cobrança

Reunião para apresentação dos novos representantes do segmento Sociedade Civil da CT, apreciação do plano de trabalho, definição do e calendário de reuniões. Na ocasião foi discutido o estudo de fundamentação da cobrança da bacia hidrográfica do Alto Paranapanema.

Área de Proteção Ambiental - Estação Ecológica do Noroeste Paulista

Reunião com a comissão diretiva da estação ecológica do Noroeste Paulista que tratará do plano de manejo e da zona de amortecimento da estação.

Área de Proteção Ambiental de Itupararanga

Reunião do conselho gestor da APA para elaboração do parecer sobre a ampliação da empresa Votorantim Cimentos em Ibiúna.

Municipais

Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da cidade de São Paulo

Reunião plenária para debate sobre "transgênicos - diversas visões". A reunião contou com palestras sobre o assunto, com pontos de vista diferentes a favor e contra a tecnologia, além de análise jurídica sobre o tema.

Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA)

Reunião realizada entre os Conselhos Municipais do Meio Ambiente de Botucatu, Pardinho e Itatinga, com objetivo de alinhar e definir ações em conjunto entre os municípios. A revisão do regimento interno do Conselho foi abordada em reunião específica de grupo técnico.

Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento

Sustentável (CADES)

O Ciesp Marília participou da reunião ordinária do CADES para discussão referente as contribuições do conselho na conferência da cidade e propostas e ações a serem coordenadas pelo CADES. Os conselheiros também realizaram a leitura das diretivas do município verde azul do Estado de São Paulo.

Comitês de bacias hidrográficas

Federais

Grande

Comissão eleitoral

O comitê do Grande realizou reuniões plenárias estaduais para eleição dos membros do estado de São Paulo que irão compor o plenário do Comitê - quadriênio 2016/2020. FIESP, CIESP Ribeirão Preto, CIESP Franca e ÚNICA foram eleitos como titulares no plenário; CIESP São José do Rio Preto, Sindareia, CIESP Sertãozinho, Sifaesp, Siaesp e a empresa International Paper do Brasil Ltda eleitas como suplentes.

Paranapanema

Comissão eleitoral

No comitê do Paranapanema foram analisadas as documentações das entidades inscritas em participar do processo eleitoral para o quadriênio 2016-2020.

Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ)

Câmara Técnica de Outorgas e Licenças

Realizou debate sobre o andamento dos trabalhos de enquadramento de dois trechos do Rio Jundiaí para classe 3. O setor industrial posicionou-se quanto a necessidade de aprimoramento da proposta apresentada, com destaque ao atendimento a legislação vigente.

Câmara Técnica de Planejamento

Aprovado o plano de aplicação plurianual e deliberado sobre a proposta de enquadramento de classe do rio Jundiaí e designados membros para comporem o Grupo de Trabalhos critérios e eleições.

Câmara Técnica da Indústria

A renovação da outorga do Sistema Cantareira e a proposta de enquadramento do rio Jundiaí foram pauta em reunião da Câmara Técnica da Indústria.

Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico

A câmara analisou os níveis de abastecimento da região, ocorrências do mês e perspectivas para o período de estiagem. O setor industrial posicionou-se quanto as restrições para novos investimentos devido a insegurança hídrica.

Plenária

Reunião plenária para entrega dos Planos Municipais de

Saneamento Básico e de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos para os 24 Municípios que compõem as Bacias PCJ. Na ocasião, também foi deliberado acerca da proposta dos comitês PCJ referente a Renovação da Outorga do Sistema Cantareira; indicado representante dos comitês para o Conselho Estadual de Saneamento (CONESAN) e aprovado o parecer técnico do GT-Empreendimentos sobre e o empreendimento: "Modernização da Refinaria de Paulínia – REPLAN/PETROBRÁS.

Paraíba do Sul (Ceivap)

Reunião plenária realizada em Resende/RJ para análise da proposta de revisão dos mecanismos e valores da cobrança pelo uso dos recursos hídricos relativa a transposição para a bacia do Rio Guandu.

Estaduais

Renovação da Outorga do Cantareira

O grupo de trabalho criado no âmbito do CBH-AT para discussão acerca da renovação da outorga do Sistema Cantareira se reuniu durante os meses de maio e junho para elaborar a proposta de minuta de manifestação do comitê sobre o tema. Os comitês PCJ também avaliaram o tema durante as reuniões do GT-Cantareira. O setor industrial posicionou-se quanto a necessidade de ampliação da segurança hídrica com vazões mínimas em condições de operação normalizada ou quando da utilização dos volumes mortos.

Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro)

Os Comitês do Aguapeí e Peixe, Alto Tietê, Baixada Santista, Baixo Tietê, Baixo Pardo, Médio Paranapanema, Mogi-Guaçu, Sapucaí Mirim e Grande, Paraíba do Sul, Pardo, Turvo Grande e Pontal do Paranapanema aprovaram em reunião plenária os empreendimentos que receberão recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) em 2016.

Plano de Bacia Hidrográfica (PBH)

Aprovado o PBH do Comitê Mogi Guaçu, vigência 2016-2019, em reunião plenária.

Foram debatidos os PBHs que se encontram em fase de elaboração nos Comitês Estaduais Alto Tietê, Baixada Santista, Sorocaba e Médio Tietê e Turvo Grande. Nos Comitês Federais Grande e Paranapanema, o DMA participou de reunião dos grupos de trabalho responsáveis pela elaboração do plano integrado de bacia. O prazo para apresentação do plano encerra-se em dezembro/2016.

Durante esse período também foram realizadas reuniões do grupo técnico para discussão do diagnóstico da 1ª etapa do Plano de Integração de Recursos Hídricos da Unidade de Gestão do Grande

Alto Tietê

Reunião Plenária

Na ocasião, foram aprovados os seguintes documentos: minutas de deliberações de criação da câmara técnica de educação ambiental e de critérios de seleção e indicação do Diretor Presidente da Fundação Agência de Bacia (Fabhat), parecer sobre o estudo e relatório de impacto ambiental da Mineradora Pedrix e manifestação sobre a renovação da outorga do Sistema Cantareira.

Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico

Analisadas as sugestões de alterações propostas na última reunião plenária do CBH-AT para revisão do Boletim Informativo.

Alto Paranapanema

Aprovado Plano de Investimentos do comitê até o ano de 2019 e as alterações da deliberação referente à proposta dos mecanismos e valores para a cobrança pelos usos urbano e industrial dos recursos hídricos.

Dada continuidade aos trabalhos de elaboração do plano de bacia de acordo com as novas orientações recebidas durante a oficina do plano de bacia promovida pela Secretaria de Recursos Hídricos.

Grupo Técnico da Cobrança

Reunião do GT-Cob para análise das deliberações que aprovam o plano de investimento na bacia e a do mecanismos e valores para a cobrança pelos usos urbano e industrial dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo.

Pontal do Paranapanema

Reunião do grupo de trabalho manancial do alto curso do Rio Santo Anastácio, quando foram discutidos e apresentados projetos de recuperação de áreas de preservação permanente.

Sorocaba e Médio Tietê

Plenária

Deliberada em reunião plenária a indicação dos representantes dos segmentos Estado, Municípios e sociedade civil para os conselhos da Fundação Agência gestão 2016 a 2018, bem como a indicação da diretoria. Na ocasião também foi aprovado o plano de trabalho das câmaras técnicas.

Câmara Técnica de Planejamento

Discussão sobre o Relatório Ambiental Preliminar do plano piloto do Projeto Ibiúna - mina de areia e argila Votorantim Cimentos e estabelecidos os critérios para distribuição de recursos do Fehidro.

Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

DR Americana

Treinamento Cadastro Técnico Federal (CTF)

Capacitação em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) com o objetivo de esclarecer as principais dúvidas das empresas e profissionais sobre essa obrigação legal.

DR Santa Bárbara d'Oeste

Dia Mundial do Meio Ambiente

Em comemoração ao Dia do Meio Ambiente a diretoria regional realizou palestra sobre a gestão municipal de resíduos da construção civil, em parceria com a Prefeitura Municipal e secretarias. Houve debates e foram apresentados o diagnóstico e prognóstico sobre o assunto.

DR São José do Rio Preto

A Diretoria Regional de São José do Rio Preto realizou reunião com Instituto Florestal e as entidades representantes do setor industrial sobre a criação da Floresta Estadual do Noroeste Paulista.

Também foi realizado o 1º Simpósio de gestão integrada de resíduos sólidos. A ação foi promovida em parceria com a agência local da Cetesb com o objetivo de destacar as iniciativas regionais que buscam a gestão integrada, sustentabilidade e logística reversa de resíduos sólidos.

DR Capivari e Limeira

Os trabalhos desenvolvidos pela Fiesp e Ciesp, como o MONITORE - Sistema de Gerenciamento de Obrigações Ambientais e os guias ambientais foram divulgados durante a Rodada de Negócios dos Ciesps Capivari e Limeira.

DR Taubaté

O DMA apresentou no Ciesp de Taubaté, o MONITORE – Sistema de Gerenciamento de Obrigações Ambientais durante evento que discutiu as oportunidades na exportação e importação para empresários da região.

DR Bauru

O DMA apresentou aos diretores da DR Bauru, o MONITORE – Sistema de Gerenciamento de Obrigações Ambientais, além de informado sobre a liminar obtida pelo Ciesp, que impede que a Cetesb modifique os cálculos para o licenciamento ambiental em São Paulo.

DR Campinas

O Ciesp Campinas realizou reunião com a Secretaria de Desenvolvimento do município de Valinhos para discussão acerca da desburocratização do licenciamento ambiental.

DR Jundiá

O MONITORE- Sistema de Gerenciamento de Obrigações Ambientais foi apresentado aos associados durante a Rodada de Negócios do Ciesp Jundiá.

DR Sorocaba

O DMA apresentou as alterações da nova ISO 14001 em seminário sobre “As Obrigações Ambientais – ISO 14.001 e MONITORE – Sistema de Gerenciamento de Obrigações Ambientais” realizado no Ciesp Sorocaba. O evento reuniu profissionais das áreas de meio ambiente e áreas correlatas de empresas da região.

Grupos de Meio Ambiente - CIESP

DR Bauru

Apresentação da nova Decisão de Diretoria da Cetesb que dispõe sobre a dispensa de CADRI para transporte de resíduos eletrônicos, bem como realizado esclarecimento de dúvidas sobre logística reversa aos associados.

Também foi apresentado o Sistema de Gestão Integrado (ISO 9001 e ISO 14001) da empresa Tilibra. Na ocasião realizou-se o informe sobre a liminar obtida pelo Ciesp, que impede que a Cetesb modifique os cálculos para o licenciamento ambiental em São Paulo.

DR Botucatu

Apresentação sobre funcionamento de um aterro licenciado e cuidados que a indústria deve observar na disposição de seus resíduos perigosos.

DR São Bernardo do Campo

Apresentação do MONITORE – Sistema de Gerenciamento de Obrigações Ambientais e o Calendário de Obrigações Ambientais, debate sobre a Liminar Coletiva do Ciesp contra a CETESB e os procedimentos do Licenciamento Estadual e Municipal.

DR Marília, Jundiaí, São João da Boa Vista e Franca

Foram realizadas nos Grupos de Meio Ambiente das respectivas DRs palestras sobre a nova ISO 14001-2015 e o sistema de gerenciamento dos compromissos ambientais da Fiesp/Ciesp - MONITORE para os associados do Ciesp e membros do GMA.

Outros eventos

Fórum Mineiro de Produção e Consumo Sustentável

Evento realizado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) para debater os principais resultados da 21ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP21). O DMA palestrou no painel “O novo acordo: Riscos e Oportunidades para o setor empresarial no Brasil”.

ISO 14001 – Sistema de Gestão Ambiental

Palestra ministrada sobre a nova versão da Norma ISO 14001, apresentando os principais pontos de alteração e os prazos para adequação para a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim).

Prêmio EXCEL Rio Preto

Evento promovido pela Prefeitura de São José do Rio Preto/SP, que tem por objetivo principal divulgar e incentivar as boas práticas ambientais e sociais na construção civil.

Semana de tecnologia e meio ambiente – FATEC São Paulo

O DMA palestrou sobre recursos hídricos e reuso de água durante a Semana de Tecnologia e Meio Ambiente promovida pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo – FATEC São Paulo.

Câmara Ambiental da Indústria Paulista

Reunião plenária da CAIP para comunicar os sindicatos associados sobre a liminar que impede a modificação dos cálculos para o licenciamento ambiental e nova Portaria DAEE que altera critérios para dispensa de outorgas de direito e uso de recursos hídricos. Na ocasião, também foi apresentada a programação da Semana de Meio Ambiente 2016.

Seminário “A segurança alimentar e as mudanças climáticas”

Evento promovido pela Secretaria de Agricultura com objetivo de relacionar a influência das mudanças climáticas na produção e acumulação de alimentos no Brasil, e o deslocamento da produção de alimentos em razão dessas mudanças.

Parceria Fiesp/Ciesp com a Water Resources Group - Banco Mundial

O DMA realizou reunião de trabalho com representantes internacionais do Water Resources Group, uma organização sediada no IFC (do Grupo do Banco Mundial), visando o estabelecimento de parcerias para ações nos setores produtivos que envolvam a segurança hídrica, reuso de efluentes e aperfeiçoamento da legislação.

Oficina “Desenvolvimento de Competências”

Oficina promovida pela Agência Nacional de Águas com objetivo de construir um programa de desenvolvimento de competências aos gestores de recursos hídricos da União, Estados e Comitês de Bacias.

Seminário Internacional: Crise Hídrica e Mudanças Climáticas

A Fundação Agência das Bacias PCJ realizou o seminário para discutir os resultados da implantação de organismos de bacias nos países da América do Sul que tiveram avanços importantes nos últimos anos na implantação de sistemas de gestão.

Workshop “As Mudanças Climáticas e as Cidades Brasileiras”

Workshop promovido pelo Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas em parceria com a Companhia Ambiental do Estado (Cetesb) para discussão acerca das vulnerabilidades das cidades brasileiras frente às mudanças climáticas.

Rodadas e Encontro de Negócios Ciesp

As Rodadas e Encontros de Negócios do CIESP tem como objetivo reunir empresas de diversos segmentos e portes

para criar novas oportunidades de negócios exclusivos, aproximando-as fortalecendo o associativismo, proporcionar a aproximação de grandes e médias empresas, com as pequenas e micro empresas associadas do CIESP, visando o desenvolvimento de novos negócios.

O DMA esteve presente nestes eventos em Diadema, Atibaia, Limeira, Hortolândia e Capivari apresentando os serviços da área de meio ambiente como o MONITORE, Informe Ambiental, Liminar CETESB, Publicações, etc. Estiveram presentes mais de 450 empresas de diversos segmentos e porte.

Oficina “Plano de Bacias Hidrográfica” – Subsídios Para Revisão

O DMA participou da Oficina que teve dentre seus objetivos a apresentação do Projeto de Lei do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) que se encontra em análise na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), o Plano Plurianual 2016-2019 e a Revisão dos Programas de Duração Continuada (PDC), além de abordar questões sobre o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e o Plano de Ação para a gestão das bacias hidrográficas.

Fórum Mundial da Água

Evento de preparação para o 8º Fórum Mundial da Água, realizado em Brasília/DF, contou com cerca de 700 representantes de órgãos e entidades mundiais para discutirem temas sobre a importância e responsabilidades referentes à água no mundo. A capital brasileira será a primeira cidade do hemisfério Sul a receber o evento, que ocorrerá em 2018, e terá como tema: “Compartilhando Água”.

Treinamento IBAMA

O DMA em parceria com o IBAMA promoveu capacitação sobre o Cadastro Técnico Federal para que profissionais das indústrias esclarecessem dúvidas de como preencher o CTF e regularizar suas atividades junto IBAMA. Os treinamentos ocorreram nas regionais de Marília, Distrital Sul, Mogi das Cruzes e Americana.

Agende-se para os próximos dias de capacitação previstos:
04 de agosto - São José do Rio Preto
25 de agosto - São Bernardo

Legislação Ambiental

Diplomas Legais recentes

Federal

Portaria Colog nº. 27, de 19 de abril de 2016

Dispõe sobre normatização administrativa referente ao Processo Administrativo Sancionador no âmbito da fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército.

Resolução ANTT nº. 5.083, de 27 de abril de 2016

Aprova o Regulamento disciplinando, no âmbito da ANTT, o processo administrativo para apuração de infrações e aplicação de penalidades decorrentes de condutas que infrinjam a legislação de transportes terrestres e os deveres estabelecidos nos editais de licitações, nos contratos de concessão, de permissão e de arrendamento e nos termos de outorga de autorização.

Portaria Interministerial SG/MDA nº. 1, de 3 de maio de 2016

Institui o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) para o período 2016-2019.

Medida Provisória nº. 724, de 4 de maio de 2016

Altera a Lei nº 12.651, de 25/5/2012, para dispor sobre a extensão dos prazos para inscrição no Cadastro Ambiental Rural e para adesão ao Programa de Regularização Ambiental.

Portaria MMA nº. 150, de 9 de maio de 2016

Institui o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima e dá outras providências.

Portaria MMA nº. 143, de 9 de maio de 2016

Apresenta o regimento interno da Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal (REDD+) do Brasil (Conaredd+).

Portaria ICMBio nº. 41, de 9 de maio de 2016

Aprova o Plano de Manejo da Floresta Nacional de Lorena no Estado de São Paulo.

Instrução Normativa Ibama nº 2, de 9 de maio de 2016
 Estabelece procedimentos que visem a conversão de produto florestal processado em produto florestal bruto e a comutação de volume de produto florestal bruto em área para reparação de dano ambiental indireto constatado em autos de infração lavrados pelo Ibama.

Decreto nº. 8.772, de 11 de maio de 2016

Regulamenta a Lei nº 13.123, de 20/5/2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Portaria MMA nº. 159, de 11 de maio de 2016

Formaliza o Planejamento Estratégico e suas rotinas de revisão e acompanhamento no Ministério do Meio Ambiente.

Portaria Ibama/DNIT nº. 1, de 13 de maio de 2016

Institui, no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Grupo de Trabalho (GT) de caráter consultivo, com o objetivo de avaliar os procedimentos de autorização da supressão de vegetação (ASV) para os empreendimentos lineares no âmbito do licenciamento ambiental federal.

Instrução Normativa ICMBio nº 4, de 13 de maio de 2016

Altera a Instrução Normativa nº 19, de 16/9/2011, que regulamenta o uso de imagens de unidades de conservação federais, dos bens ambientais nestas incluídos e do seu patrimônio, bem como a elaboração de produtos, subprodutos e serviços obtidos ou desenvolvidos a partir dos recursos naturais, biológicos, cênicos, culturais ou da exploração da imagem de unidade de conservação, independentemente de fim comercial.

Instrução Normativa ICMBio nº 5, de 19 de maio de 2016

Estabelece os procedimentos para a Compensação de Reserva Legal, em imóveis localizados no interior de Unidades de Conservação Federais de domínio público, visando à regularização da sua situação fundiária, conforme Processo Administrativo nº 02070.000195/2014-01.

Projetos de lei (PL)

PLS nº. 224/2016 - Altera a Lei nº 12.334, de 20/9/2010, para reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a Lei nº 9.433, de 8/1/1997, para dotar de novos instrumentos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) no exercício de sua atribuição de zelar pela implementação da PNSB.

PL nº. 5.420/2016 – Altera a Lei 9.503, de 23/12/1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, incluindo cláusula no artigo que trata de depósitos de veículos, obrigando-os a adotar cuidados para eliminar os riscos para o meio ambiente e para a saúde.

PL nº. 5.338/2016 – Dispõe sobre a preferência em convênios com o Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional os entes federados municipais que implantarem programas de preservação de nascentes, plantio, conservação e revitalização de matas ciliares nas margens de riachos e rios do seu território.

PL nº. 5.296/2016 – Dispõe sobre a Política Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis e institui o Selo Produto Sustentável e o Selo Serviço Sustentável para a atividade econômica com desempenho ambiental superior.

PL nº. 5.290/2016 – Torna obrigatória a declaração de emprego de água nas embalagens e rótulos de produtos alimentícios.

PL nº. 5.291/2016 – Dispõe sobre a criação do selo Empresa Amiga do Meio Ambiente.

PL nº. 5.262/2016 – Altera dispositivos da Lei nº 12.651,

de 25/5/2012, ajustando as formas de compensação da Reserva Legal para assegurar a preservação dos recursos ambientais.

PL nº. 5.192/2016 – Permite a dedução, do imposto sobre a renda devido por pessoas físicas e jurídicas, de valores doados a projetos e atividades de reciclagem.

PL nº. 5.186/2016 – Altera a Lei nº 6.938, de 1981, a Lei nº 8.666, de 1993, e a Lei nº 9.605, de 1998, para instituir o Cadastro de Crimes contra o Meio Ambiente e vedar as pessoas jurídicas inscritas nesse Cadastro de receberem financiamentos e incentivos governamentais e de contratar com o Poder Público.

Estadual

Resolução SMA nº. 51, de 31 de maio de 2016

Disciplina o procedimento de conversão de multa administrativa simples em serviço ambiental.

Resolução SMA nº. 49, de 31 de maio de 2016

Altera dispositivos da Resolução SMA nº 48, de 26/5/2014, que dispõe sobre as condutas infracionais ao meio ambiente e suas respectivas sanções administrativas. Deliberação CRH nº. 184, de 4 de maio de 2016 – Aprova o relatório sobre a Situação dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo - base 2013 e 2014.

Decisão Cetesb nº 120/2016/6, de 1º de junho de 2016

Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental de estabelecimentos envolvidos no sistema de logística reversa, para a dispensa do Cadri e para o gerenciamento dos resíduos de equipamentos eletroeletrônicos pós-consumo e dá outras providências.

Projetos de lei (PL)

PL 431/2016 - Dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental quando da contratação com a administração pública, de acordo com o princípio de desenvolvimento econômico, social e ecologicamente sustentável.

PL 395/2016 - Cria o Programa Estadual de Preservação Ambiental da Zona portuária do Estado.

PL 354/2016 - Dispõe sobre a sinalização de locais inseridos na zona de recarga direta do Aquífero Guarani no Estado.

Expediente

O Informe Ambiental é publicado pelo Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp e do Ciesp. Circulação mensal.

Comentários e sugestões: Tel. (11) 3549 4675 | Fax: 3549 4237 | cdma@fiesp.com | www.fiesp.com.br

Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.

**FIESPAMBIENTAL**twitter.com/FiespAmbiental